

## O signo da juventude nas políticas públicas e nas ações coletivas no Brasil contemporâneo

*Luís Antonio Groppo* (Professor da Universidade Federal de Alfenas, pesquisador do CNPq, [luis.groppo@gmail.com](mailto:luis.groppo@gmail.com)).

GROPPO, Luís Antonio. O signo da juventude nas políticas públicas e nas ações coletivas no Brasil contemporâneo In: Reflexões e subsídios para o trabalho com jovens.1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2018, v.1, p. 34-49.

Fui convidado para fazer uma “análise de conjuntura”, que apresentasse, de modo especial, os desafios e perspectivas de presente e futuro para os/as jovens, diante do cenário atual. Certamente, um tema de enorme importância, mas de grande magnitude e dificuldade. Apresentei, em contrapartida, a proposta de buscar um panorama e oferecer uma interpretação acerca das juventudes brasileiras atuais a partir de uma fonte deveras significativa: as ações coletivas perpetradas por jovens nos últimos anos, em especial a partir das Jornadas de Junho de 2013.

Ao preparar a Conferência e esse texto, no entanto, me deparei com a necessidade de apresentar primeiro, ainda que brevemente, as concepções de juventude segundo a sociologia. Essa apresentação busca clarificar o referencial teórico dado pela sociologia da juventude que orienta minha análise. Segundo, considere importante tratar do signo juventude nas políticas públicas dos últimos anos no Brasil. Essa discussão visa fornecer um quadro ou contexto da política institucional, que ajuda a compreender as ações coletivas recentes no Brasil, que tiveram grande participação de jovens – o objetivo inicial desse trabalho.

### **Juventude e sociologia<sup>1</sup>**

A sociologia elaborou o que chamo aqui de concepções clássicas de juventude, ao longo do século XX. De modo sintético, estas concepções tratam a juventude como uma categoria etária que, assim como as demais categorias (infância, maturidade e velhice), é, de acordo com a versão, mais ou menos determinada biologicamente. A condição juvenil teria caráter transitório e fundamentalmente propedêutico, ou seja, preparatório para a etapa seguinte da vida, tida como mais plena, a idade adulta. Desse modo, acompanha essa concepção a noção estritamente propedêutica de educação, como preparação do infante e jovem para se tornar o futuro adulto, por meio do aprendizado de valores, hábitos e padrões básicos, “alicerces” para a futura atuação como adulto integrado. Também, a noção

---

1 Para um maior desenvolvimento e acesso às referências que fundamentam essa discussão, ver Groppo (2015a, 2015b).

de socialização secundária (enquanto a infância seria tempo da socialização primária), entendida como integração dos indivíduos à sociedade dada, guiada por adultos e instituições formais. Enfim, os grupos juvenis informais são reconhecidos, mas teriam funções de experimentação social e pessoal, tempo de ensaio e erro na busca de papéis sociais, configurando o que seria a “moratória social”.

Entretanto, desde ao menos o final do século passado, essas concepções foram relativizadas e/ou revisadas pela própria sociologia da juventude. Primeiro, pelo reconhecimento da diversidade dos modos de viver a juventude, incluindo limitações dadas por diferentes pertencimentos, como classe social, gênero, raça, condição urbano-rural, filiação religiosa etc. Segundo, pela valorização das experiências vividas em cada momento do ciclo da vida (infância, juventude, maturidade, velhice), cada qual tendo valor em si mesmo: todos nós carregamos para o resto de nossas vidas, as experiências singulares que vivemos em cada fase do ciclo da vida, as quais não são mera preparação para a adoção de um modelo já bem acabado e determinado externamente de “ser adulto”. Nesse sentido, a educação deve ser vista também como resposta a interesses e necessidades dos educandos no tempo presente, algo tornado mais explícito pela necessidade contemporânea de que muitos adultos (e até idosos) retornem aos processos educativos e socializadores para dar conta das transformações mais aceleradas vividas nos campos econômicos e sociais. Também, a noção de socialização tem sido revista, com propostas como a concepção de socialização ativa - na qual crianças, adolescentes e jovens são reconhecidos como seres que participam ativamente de seu próprio processo de socialização – e o modelo configurativo de socialização (segundo Peralva) – no qual gerações jovens e adultas precisam socializar-se conjuntamente, em resposta a cenários socioeconômicos e tecnológicos mutantes. Finalmente, a noção de transição para a idade adulta é revisada: as transições podem ser múltiplas, com possibilidades de reversão (configurando o que José Machado Pais chama de geração iô-iô).

Com base em Dayrell (2003), considera-se o jovem como sujeito social e ator político. Destacam-se, aqui, os movimentos juvenis, que ampliam ou buscam ampliar as esferas reconhecidas como públicas ou de teor político, bem como as questões que devem ser debatidas publicamente. As ações coletivas, e não apenas as juvenis, mas também as dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, entre outros, problematizam questões outrora relegadas ao privado, tais como a violência doméstica, as condições de trabalho, a sexualidade, acesso e permanência na universidade, a mobilidade urbana, o acesso aos bens coletivos da cidade etc.

## **O signo juventude nas políticas públicas<sup>2</sup>**

No Brasil, a partir dos anos 1990, o signo juventude no debate político sofreu uma ressignificação. Até então, ele era relacionado principalmente a estudantes universitários e a seus movimentos, portanto, a jovens oriundos das classes médias e altas e ativos politicamente. Os jovens das classes populares eram, até então, o sujeito ausente dos debates públicos.

A inflexão foi motivada por uma série de fatores, entre os quais se destaca a nova agenda recomendada pelas agências de desenvolvimento supranacionais, notadamente a ONU (Organização das Nações Unidas) – especialmente por meio da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) – e o Banco Mundial. Essa agenda incluiu a juventude na pauta das instituições governamentais no Brasil, principalmente a partir dos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso) (1995-2002), que implementaram ou induziram a criação de uma série de programas para jovens. Esses programas continham uma série de sobreposições, que limitavam ainda mais o alcance de ações que se propunham como tendo caráter focalizado. O foco dos programas, ressignificando o signo juventude, eram os jovens das classes populares, que passaram a ser chamados de “vulneráveis” e “em situação de risco”. O jovem estudante universitário e o movimento estudantil, desde então até as Jornadas de Junho de 2013, passam a ocupar o papel do “sujeito ausente”.

Esses programas governamentais, que logo passariam a ser chamados de “políticas públicas de juventude”, acionaram, por vezes simultaneamente, imagens que Dayrell (2003) e Carrano (2011) nos levam a considerar como imagens limitadas acerca dos jovens, em especial a juventude-problema e a juventude como transição. Imagens que tendem a estereotipar os jovens das classes populares, enfatizando questões relativas ao conflito com a lei, uso de drogas e gravidez precoce, entre outros, e/ou a enquadrar as ricas possibilidades das práticas juvenis apenas à preparação para o futuro.

O ano de 2005 foi emblemático para as políticas públicas de juventude, quando o governo Lula (Luís Inácio Lula da Silva) instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem (Programa de Inclusão de Jovens). Em 2006, realizaria a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Nos governos Lula (2003-2010), quando se dissemina o termo políticas públicas de juventude, outras imagens são oficialmente trazidas para designar os jovens. Primeiro, juventude como sujeito de direitos, imagem com positividade, porém que soava como

---

2 Para um maior desenvolvimento e acesso às referências que fundamentam essa discussão, ver Groppo (2016).

aplicação de posturas e práticas vindas das políticas para a criança e o adolescente (solidificadas com o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]), com o risco de desconsiderar as especificidades da juventude em comparação com a infância – como as maiores possibilidades de atuação social e política autônoma dos jovens. Outra imagem parece mais apropriada, a do jovem como sujeito social. Mas essa também tem várias versões, sendo que as mais disseminadas podem ser consideradas como formas mais sutis de enquadramento dos jovens dentro de políticas e programas pré-definidos em seus contornos mais importantes, como o protagonismo juvenil (vindo das fundações empresariais) e o “jovem como agente de desenvolvimento” (vindo da ONU e Banco Mundial). Além disso, aquelas imagens limitadas citadas acima, a juventude-problema e a juventude como transição, continuaram a fundamentar práticas ou a legitimar programas, como na principal das políticas públicas dos governos petistas, o ProJovem .

Outras políticas ambíguas relativas à juventude foram criadas no governo Lula, como no campo da Educação Superior. Ao lado do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e da criação de Institutos Técnicos Federais, que ampliaram a oferta de vagas nas instituições públicas, foi criado o ProUni (Programa Universidade para Todos) e se expandiu o FIES (Financiamento Estudantil), que mantiveram e alargaram o predomínio das instituições privadas na educação superior.

O primeiro governo Dilma Roussef (2011-2014) reduziu o ímpeto das políticas públicas de juventude do governo antecessor, ainda que tenha realizado algumas ações. Na educação para os jovens, destacou-se a criação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e a ampliação do FIES, cujos resultados mais patentes continuaram a ser o favorecimento das empresas privadas de educação, por meio de financiamento público. O segundo governo Dilma (2015-2016), diante de uma crise econômica e de uma enorme crise de legitimidade do sistema política representativo (que ainda se mantém), tentou conciliar políticas neoliberais estritas com certo “desenvolvimentismo” que marcara seu primeiro mandato. Contra o governo Dilma, uma coalizão conservadora formou-se, envolvendo o poder legislativo, setores do poder judiciário, partidos políticos – tanto os de oposição, quanto os que era até então parte da base do governo -, a grande mídia e o grande empresariado industrial e financeiro, com apoio da classe média tradicional. Essa coalizão realizou e apoiou o golpe institucional que resultou no *impeachment* de Dilma e o advento do governo Temer.

O governo Temer, para além de medidas emergenciais para conter a crise econômica, antes tem buscado efetivar de modo expresse, sem debates públicos e com apoio da grande mídia, profundas reformas neoliberais de caráter estrito, como a Emenda Constitucional 95 (que congela gastos públicos sociais durante vinte anos, em favor do pagamento da dívida pública), a terceirização generalizada e as propostas de Reforma da Previdência e de Reforma Trabalhista. Essas reformas desmontam, na prática, as garantias sociais da Constituição de 1988, fundamentada na seguridade social e na ampliação dos direitos humanos. Outros preceitos constitucionais vêm sendo violados ou ameaçados, em especial, a garantia da liberdade de expressão e de manifestação pública, como o uso de Medida Provisória para reformar o ensino médio - calando um debate público que vinha se fazendo há anos -, a proposta do projeto Escola com censura (nome mais apropriado do que o oficial, “Escola sem Partido”), a repressão a ações coletivas contrárias a essas políticas e a crescente criminalização dos movimentos sociais.

Essa regressão neoliberal e conservadora tem afetado, e afetará ainda mais, os jovens atuais e as próximas gerações de jovens. Trata-se de um profundo abalo nas possibilidades de vivência da condição juvenil e uma enorme redução da possibilidade das escolhas biográficas para os jovens, em especial os das camadas populares.

Vivemos, portanto, o ocaso do signo juventude nas políticas governamentais. A juventude rebelde reacende seu próprio signo, entretanto, com as ações coletivas de ocupação de escolas e universidades, em 2015 e 2016. Mas, para compreendê-las, é preciso voltar à origem desse novo ciclo de revoltas, revelador ele próprio das contradições das políticas públicas nos governos petistas: as Jornadas de Junho de 2013.

### **Jornadas de Junho de 2013 e movimento das ocupações**

Nas ações coletivas, a juventude é menos uma população etariamente definida, ou um recorte demográfico com limites dados por idade. Antes, as ações coletivas ou movimentos juvenis servem como indícios do que os jovens concretos, no seu cotidiano, têm como aspirações, desejos, dificuldades e dilemas. A psicanálise diria que os movimentos são “sintomas”, cuja interpretação ajudaria a revelar do que determinados sujeitos sofrem, bem como o que desejam. As ações coletivas desvelam o cotidiano dos jovens, mas também projetam futuros possíveis ou desejados, utopias e distopias.

As Jornadas de Junho de 2013 ajudam a revelar aspectos políticos e sociais, em especial a crise do sistema político de representação, a insatisfação diante dos limites das políticas sociais e os limites das

assim chamadas políticas públicas de juventude.

A leitura de André Singer (2013) e de Paulo Arantes (2014) referenda a complexidade das Jornadas de Junho. Ambos indicam que várias demandas e categorias sociais se encontraram nas ruas. Categorias sociais: uma classe média tradicional descontente com certos rumos da política e economia nacional; e um novo proletariado, jovem e mais bem escolarizado, que ainda sofre com a precariedade e a rotatividade dos empregos. Pautas e práticas: inicialmente, as que caracterizam uma novíssima esquerda, valorizando a ação direta, a horizontalidade e a participação, típicas do MPL (Movimento Passe Livre); em breve, a vinda às ruas de uma ala direita das classes médias e de um largo centro político. Demandas: inicialmente, de esquerda, contra o aumento das tarifas de transporte público, e novas demandas relacionadas ao desperdício de recursos públicos com a Copa e as Olimpíadas (em detrimento da melhoria da vida nas cidades para as classes trabalhadoras); demandas da direita, em torno do combate à corrupção, que foi associada aos governos petistas; e demandas de centro, de tom antiestatista, considerando o Estado como velho, corrupto e ineficiente.

As Jornadas de Junho trazem à luz essa série de práticas, demandas, ideologias e grupos sociais, alguns dos quais tinham permanecido em relativo silêncio durante os governos petistas, outros que não tinham conseguido o mesmo impacto na opinião pública outrora, como o MPL. Segundo Singer (2013), foram às ruas jovens de classes médias de vários espectros políticos, esquerdistas e liberais, e até mesmo os de direita. Mas também trouxeram jovens do chamado novo proletariado, que conquistaram o registro em carteira e maior nível educacional, mas penam em trabalhos precários, de baixa remuneração, temporários e de grande rotatividade.

As manifestações pelo impeachment de Dilma, em 2015 e 2016, mantiveram parte da pauta das Jornadas de Junho, a saber, a crítica ao sistema representativo, mas pouco se importaram com a pauta pela ampliação dos direitos sociais. (ORTELLADO, 2016).

Já os movimentos de ocupações de escolas, institutos técnicos e universidades públicas no Brasil, em 2015 e 2016, recuperam parte da pauta pela ampliação dos direitos. Especialmente em 2016, se dão em um novo momento político, com um governo Temer de discutível legitimidade diante dos preceitos do próprio instituto da democracia representativa. Nesses movimentos, se destacam os aspectos educacionais, tais como a insistente crise do Ensino Médio e os limites na ampliação do acesso à Educação Superior.

Ainda em 2015, em dezembro, durante as ocupações de escolas em São Paulo, foi divulgado no Youtube um vídeo muito bem construído em torno de um rap: “Ocupar e resistir” (<https://www.youtube.com/watch?v=PqiHEh1ly6U>). Devo a menção a essa música ao artigo de Catini e Mello (2016):

Salve família, secundarista na voz/ Vai segurando/ De São Paulo pro mundo, a rua é nossa/ Você tem sede de quê? Eu quero outra escola/ Não mexe com quem tá quieto/ Acordei, olhei pro lado, vi manifestação, e do outro lado uma pá de ocupação/ Enquanto gritavam felizes é campeão, outros apanhavam e lutavam pela educação/ Política, desinteressante, causada pela corrupção, Indigna, digna, indignação/ qual seria o tema do debate em questão: gol da Alemanha ou senador do mensalão/ Suor, cansaço causado pela exaustão, fome e morte causada pela ambição/ Enquanto nas ruas o que se vê é opressão, e na mídia alienação/ E quem será o culpado em questão? Aquele que é eleito ou o que vota na eleição? Direita tropa de choque, em cima o governo fascista. Esquerda argumentação, embaixo os secundaristas. Ocupar e resistir, ocupar e resistir/ Ocupar e resistir, ocupar e resistir. Quantos lutaram e faleceram/ mais de mil?/ aqui vai virar o Chile ou o Chile vai virar o Brasil? Memorável, a luta consciente, e coincidentemente incrível. E vai saber, descobri que a única coisa que cresce mais que a inflação é o genocídio/ Só pra deixar bem claro irmão, não tema arrego/ Você tira minha escola e eu tiro seu sossego. (“Ocupar e Resistir”. Letra: Koka e Fabricio Ramos apud CATINI; MELLO, 2016, p. 1183).

Essa letra traz diversos elementos fundamentais para compreender os movimentos das ocupações e analisar suas demandas, que foco abaixo.

As ocupações trazem, em um primeiro sentido, críticas ao modo como se expandiram os sistemas de ensino médio e superior no Brasil recente: mais pelo viés da “massificação” do que da “democratização”. Massificação, primeiro, pelo fato de não atingir realmente a todos os adolescentes e jovens: o Ensino Médio conta ainda com muitos adolescentes fora da escola, bem como altos índices de evasão e repetência; a Educação Superior pública ainda está longe de atender a todos os jovens das camadas populares, e mesmo com a enorme expansão da Educação Superior privada, boa parte dos brasileiros passa longe dos bancos da educação superior. O Ensino Médio público massificado vem vivendo constantes relatos acerca de sua crise: crise de sentido acerca de seus objetivos e a validade dos conhecimentos oferecidos por seu currículo, crise na precariedade das escolas e suas infraestruturas, crise na situação precária vivida pelos educadores (salário, recursos, formação, entre outros), crise nas difíceis relações entre educandos, educadores e gestores.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Dayrell, Carrano e Maia (2014).

Na Educação Superior pública, tanto nas universidades quanto nos Institutos Técnicos, a pauta mais patente era contrária aos certos cortes nos recursos para a educação pública, previstos pela proposta que deu origem à Emenda Constitucional 95. Mas os estudantes, em especial, traziam na sua pauta a insatisfação contra os limites atuais da educação superior, como a ampliação ainda insuficiente do número de vagas (o acesso) e as dificuldades de permanência, em especial dos jovens das camadas populares, mulheres e negra e negros. Ao longo das ocupações, foram se desenvolvendo também novas ou outras práticas educacionais e de formação política, que quebram a lógica heterônoma e não-participativa das pedagogias tradicionais. Práticas e formação que se baseiam na autogestão do próprio aprendizado, no diálogo entre as gerações e na valorização da participação ampla e aberta de todos.<sup>4</sup>

Os movimentos das ocupações trouxeram novas práticas políticas e formativas que vieram por renovar o repertório das ações coletivas juvenis em nosso país. Desde o modelo da “Revolta dos Pinguins”, do Chile, recriaram a tática das ocupações de escolas e universidades, seguindo o princípio das assembleias diárias soberanas e a organização em comissões (segurança, limpeza, alimentação, atividades formativas, comunicação etc.). As assembleias e as comissões reviveram o ânimo da autogestão, desejo de controlar as próprias vidas que se manifesta na forma de ocupações (de fábricas e outras unidades produtivas) ao menos desde o século XIX. Retomaram também do MPL e das Jornadas de Junho a valorização da horizontalidade e da participação ampla, assim como as funções rotativas, a ausência de líderes formais e a igualdade de gênero no dia-a-dia do movimento.

O rap “Ocupar e resistir” faz menção a outros temas, como a violência contra os jovens negros (o “genocídio”), bem como abre nosso olhar a outras temáticas que interessam ou afligem as juventudes atuais. Ao menos uma breve citação a duas delas é preciso fazer, antes das considerações finais.

Primeiro, acerca dos jovens no mundo do trabalho. Os mais jovens continuam com condições piores de trabalho e emprego, enfrentam mais o desemprego, a desocupação e a rotatividade nos postos de trabalho, ganham menores salários e têm mais empregos precários (terceirizados, temporários e sem registro). Segundo, a violência. O número espantoso de assassinatos de jovens negros das periferias tem configurado um verdadeiro “genocídio da juventude negra” em nosso país. Outro dado relevante: houve a redução dos registros de violência contra mulheres, sim, mas a exceção é a faixa das mulheres negras, que teve certo aumento nos últimos anos.

---

4 Sugiro conferir os artigos publicados na Revista ETD, vol. 19, n. 1 e número especial. (<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/archive>).



## **Perspectivas**

O contexto social, político e econômico, que tem mudado radicalmente nos últimos anos em nosso país, oferece aos jovens perspectivas muito negativas.

As Jornadas de Junho de 2013 tiveram, entre seus efeitos, a quebra da “coalizão” entre parte da esquerda e tendências de centro-direita, que marcou os governos petistas. A nova coalizão que se formou, mais claramente conservadora e neoliberal, tem imposto medidas e leis altamente regressivas e brutais, com implicações ao longo prazo e difíceis de serem revertidas, caso efetivadas, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o congelamento dos gastos sociais e a atuação seletiva do poder judiciário para retirar certos sujeitos da disputa eleitoral ou para resolver tensões na coalizão conservadora que derrubou Dilma. Nesse novo contexto, temos a iminente reversão de avanços nos índices sociais e de redução da desigualdade alcançados com governos petistas (apesar de seus limites e contradições, já que foram baseados mais na ampliação do poder de consumo do que na ampliação de direitos sociais e a melhoria de seus equipamentos sociais).

Essas tendências, caso se mantenham e não recebam nenhum contraponto, devem levar as atuais e próximas gerações das camadas populares e de parte das classes médias a viver condições ainda mais precárias de trabalho, ao mesmo tempo tendo ao seu dispor menos equipamentos públicos sociais e com pior qualidade (educação, saúde, seguridade social, previdência).

Em relação à educação, por exemplo, temos até agora o reforço da tendência de que o sistema público de educação básica se torne uma espécie de “depósito de crianças” e “confinamento de adolescentes”, gerido por profissionais muito mal pagos e em condições precárias, afora o risco iminente de colapso da oferta de educadores, com a queda abrupta de estudantes nas licenciaturas, diante das más condições de trabalho, baixos salários e perspectiva do fim de concursos públicos com a terceirização das atividades-fim. Em relação à educação superior, temos a tendência à precarização das instituições públicas, com menos recursos, fim de concursos públicos, abertura à terceirização da docência etc., e favorecimento ainda maior das instituições particulares com fins lucrativos, sustentados por lastro público (em especial, via o FIES).

Entretanto, esse pequeno texto levantou sinais emanados das juventudes rebeldes, que se levantaram já em 2013 para denunciar os limites e contradições dos governos petistas e as dificuldades enfrentadas pelos jovens. Desde então, vem se ensaiando novas formas de organização juvenil, ancoradas na

horizontalidade, na autogestão e na ampla participação. Ao mesmo tempo, em especial durante as ocupações, os jovens rebeldes têm proposto a educação em novas tonalidades, via auto-formação ou pela cogestão, enfrentando e/ou dialogando com as gerações mais velhas.

Nessas ações coletivas, os jovens progressistas têm se mostrado como atores sociais e políticos importantes no tempo presente, relevantes para frear essas tendências regressivas do atual contexto sócio-político. Mesmo quando frustradas, suas ações coletivas têm, no mínimo, ajudado a formar novas gerações de cidadãos ativos e críticos, munidos de um novo repertório de organização e ação.

## Referências

- ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: \_\_\_\_\_. **O novo tempo do mundo: e outros ensaios sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, cap. 5, p. 353-460.
- CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 235-249.
- CATINI, Carolina de R.; MELLO, Gustavo Moura de C. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003.
- DAYRELL, J.; CARRANO, P. & MAIA, C. L. (orgs.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- GROPPO, L. A. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. v. 13, n. 2, p. 567-579, 2015a. Disponível em [http://revistalatinamericanaumanizales.cinde.org.co/wp-content/uploads/2015/08/Teorias-p%C3%B3s-cr%C3%ADticas\\_vol13n2a1.pdf](http://revistalatinamericanaumanizales.cinde.org.co/wp-content/uploads/2015/08/Teorias-p%C3%B3s-cr%C3%ADticas_vol13n2a1.pdf).
- \_\_\_\_\_. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015b. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2015v12n1p4/29763>
- \_\_\_\_\_. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, 2016. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062>.
- Revista ETD**, vol. 19, n. 1 e número especial. Unicamp, Campinas, 2017. Disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/archive>.
- SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos – CEBRAP**. n. 97, São Paulo, nov. 2013, p. 23-40.
- ORTELLADO, Pablo. A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial com Pablo Ortellado. **Revista IHU-On line**. 18/maio/2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado>.